

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2017

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO****Concurso Público para provimento de cargos de  
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado  
Especialidade Arquivologia**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

- 1 *Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.*
- 5 *Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 175)

1. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- (A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.
- (B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.
- (C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.
- (D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.
- (E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

2. Infere-se corretamente do texto:

- (A) É traço essencial e determinante na história de um povo aquele que ilumina não só o seu passado, mas também o seu presente.
- (B) A história de populações autóctones de um país é constituída de poucos fatos de relevo, o que exige percepção apurada daquele que busca entender o passado anterior a um processo colonizador.
- (C) Da vivência de duzentos anos de um determinado povo procede naturalmente uma realidade que implica desaparecimento e surgimento de etnias.
- (D) Povos que vivem nas margens de rios são predestinados a migrar, quer em sua totalidade, quer de modo parcial e paulatino.
- (E) Processos de colonização introduzem padrões de adaptação – no que se refere à distribuição demográfica, ao modo de organização social, ao modo de criar objetos –, porque modelos de comportamento inexistem em grupos autóctones.

3. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

- (A) (linhas 1 e 2) Redação alternativa do segmento *cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região*, que não prejudique nem seu sentido no contexto original, nem a correção gramatical, poderia ser “percepção da qual depende necessariamente o entendimento do passado e do presente da região”.
- (B) (linha 3) No contexto em que está empregada, a forma verbal *irá resultar* não é adequada, pois a menção a *meados do século XVIII* exigiria o uso de “iria resultar”.
- (C) (linha 4) A substituição da forma *havia sido observada* por “teria sido observada” não prejudica o sentido original da frase.
- (D) (linha 7) A colocação do pronome oblíquo observada em *ver-se-á* é correta; essa mesóclise é restrita ao emprego do futuro do presente.
- (E) (linha 9) O emprego do verbo auxiliar destacado em *que não chegam a se reconstituir* indica que haveria a possibilidade de a ação denotada pelo verbo principal ter sido concluída.



4. (parágrafo 2) e *ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu.*

Em conformidade com a norma-padrão da língua, substitui-se o segmento destacado por:

- (A) o modo que ele ocorreu.
- (B) a feição que ele adquiriu.
- (C) os traços de que ele revestiu.
- (D) o perfil adotado a ele.
- (E) o método porque ele se processou.

5. Palavras utilizadas no texto motivaram as frases que seguem, que, entretanto, devem ser analisadas independentemente dele. A que se apresenta em conformidade com as normas de concordância é:

- (A) Certamente podem ter havido entre os leitores-pesquisadores muitas dúvidas sobre a magnitude do citado desaparecimento de nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas.
- (B) Fenômenos demográficos e culturais, em qualquer época da história da humanidade, sempre pôde produzir efeitos insuspeitados, e muitas vezes o fez.
- (C) O capítulo evidencia que vários aspectos da história indígena amazônica devem merecer ainda cuidadosa reflexão, porque, apesar da curiosidade que suscita, muito dela ainda permanece obscuro.
- (D) Grupos indígenas, principalmente inserido no contexto do rio Amazonas, vem chamando a atenção de pesquisadores de distintas áreas do saber, estudiosos que os julgam detentores de muitos segredos.
- (E) Adepto ou não desse entendimento sobre a formação de um estrato neo-indígena, especialistas em etnografia muito se dedicam a interpretar os dados apresentados na pesquisa recém-publicada.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 12.

1 *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.*

5 *Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.*

10 *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.*

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança.** Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

6. É legítimo afirmar: no texto,

- (A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.
- (B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.
- (C) o emprego das aspas na expressão “América católica” sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.
- (D) admite-se que à expressão “o maior país católico do mundo” empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.
- (E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.



7. No segundo parágrafo,
- (A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.
  - (B) os segmentos *cientificamente controlados e religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.
  - (C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.
  - (D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação "*o maior país católico do mundo*", o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.
  - (E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

8. (3º parágrafo) *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu.*

Considerado o trecho acima, no contexto em que está inserido, é apropriado afirmar:

- (A) As incontestes desigualdades estruturais do Brasil impossibilitam leituras mais pontuais e consistentes acerca da vida dos brasileiros, principalmente no que se refere a seus hábitos religiosos.
- (B) A inclusão de uma vírgula depois de *Não obstante* mantém a correção e a clareza da frase, visto que o emprego desse sinal de pontuação, nessa específica formulação, é facultativo.
- (C) Em *a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil*, a substituição de *ininterrupta* por "intermitente" mantém o sentido original da frase.
- (D) A expressão *nos dias que correm* expressa um fator condicionante.
- (E) A locução verbal em que está presente o gerúndio indica uma ação durativa em tempo não marcado.

9. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

Propõe-se reescrever o trecho acima eliminando o ponto final e iniciando a frase por "Trata-se de um processo". Uma formulação aceitável, por não prejudicar o sentido e a correção originais, deve conter o seguinte segmento:

- (A) ainda que também seja visível a olho nu.
  - (B) à medida que é visível a olho nu.
  - (C) sendo, pois, visível a olho nu.
  - (D) entretanto será visível a olho nu.
  - (E) quando visível a olho nu.
10. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

A única alternativa INCORRETA sobre o trecho acima transcrito, em seu contexto, é:

- (A) A expressão *Visível a olho nu*, que constitui caracterização da palavra que a antecede, dá oportunidade para que se introduza outro argumento a favor da ideia expressa por *notório*.
- (B) Se o assunto fosse não *um processo*, mas "processos", a correção exigiria a forma "se tratam de processos".
- (C) O verbo "haver", na frase, está empregado como indica o seguinte verbete do **Dicionário eletrônico Houaiss**: *transitivo direto [impessoal] ter transcorrido ou ser decorrido (tempo)*.
- (D) Transpondo a voz passiva presente na frase para a voz ativa, a forma correta a ser grafada é "têm acompanhado".
- (E) A retirada da vírgula após a palavra *reiteradamente* prejudica o sentido original da frase.

11. O segmento do texto que está traduzido de maneira a não prejudicar o sentido original é:

- (A) *Esse lento vir a ser* / Esse fugaz começar a ser o que não era antes.
- (B) *ao mesmo tempo matemático e falastrão* / simultaneamente preciso e de superlativa eficiência.
- (C) *vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural* / vai paulatinamente atualizando nosso antiquado perfil cultural.
- (D) *no batido ramerrão do imaginário religioso nacional* / na surrada e monótona repetição do imaginário religioso nacional.
- (E) *introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva* / inserção pontual, mas nem por isso menos avassaladora.



12. A assertiva que a gramática normativa aprova é:

- (A) (linha 1) O pronome destacado em *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos* determina que se entenda a frase como equivalente a “Três em cada quatro brasileiros são considerados católicos”.
- (B) (linha 4) A função do pronome **esse** restringe-se a sinalizar que o país referido é aquele que vem anunciado, logo em seguida, como *o maior e mais populoso da “América católica”*.
- (C) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado tem sentido possessivo, como em “Colocou-lhe no dedo a aliança prometida”.
- (D) (linha 12) Se, em vez da caracterização original do *processo*, houvesse uma outra formulação, ela estaria correta, por exemplo, assim: “se trata de um processo cujo desfecho dependerão várias religiões”.
- (E) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado pode ser substituído por “a ele”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

13. A redação em que as ideias estão expostas de modo claro e correto é:

- (A) Era uma casa que ao redor todos conheciam a história dos últimos moradores, que não era nem totalmente verdadeira ou muito fictícia, mas assombrava quem quer que ouvia o relato.
- (B) Várias técnicas práticas foram desenvolvidas desde muitos anos a fim de coleta de informações detalhadas sobre a doença, sendo rara na região, por isso pouco conhecida e divulgada.
- (C) Diante de uma trajetória tão movimentada e desafiadora, só se pode, na verdade, admirar a constância com que os refugiados souberam preservar sua coesão e os pequenos rituais que os fortaleciam.
- (D) Quanto ao futuro do projeto recém-anunciado e delineado por especialistas da área, situado entre os interesses dos donos da terra e dos assalariados, é evidentemente impossível prever.
- (E) O conflito se deu, como visto à exaustão, decorrente do peso sempre crescente dos que protestavam e o contrário, que diminuía, dos defensores das novas normas de organização da empresa estatal.

14. Considerada a norma-padrão da língua, a frase que se apresenta correta é:

- (A) Sua averção a novidades da tecnologia poderá fazer com que ele pleiteie uma transferência para outro setor, em que não precise ser tão desafiado por elas.
- (B) Eles reouveram todos os documentos que haviam sido extraviados e espontaneamente ofereceram indenização ao rapaz que os achou e se empenhou em devolvê-los.
- (C) Os mais jovens se absteram de votar a favor da mudança de horário, em flagrante oposição ao coordenador da sessão que não conseguiu disfarçar sua decepção.
- (D) Com tal quantidade de produtos perecível, ninguém entendeu o porquê de a carga ter sido despachada, em caminhões convencionais, sem refrigeração.
- (E) As segunda-feiras, impreterivelmente, o encarregado envia ao grupo de analistas todo o material recebido, cabendo-lhes então, a tarefa de avaliar o quê deverá ser encaminhado ao conselho gestor.

15. Considere o enunciado que segue.

*Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio que lhes é proposto, ou seja, reflete-se sobre o caso a ser analisado e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.*

Na frase,

- (A) nenhuma alteração deve ser feita, pois o conjunto está organizado de maneira clara, mantendo a mesma perspectiva de tratamento do tema e em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual está se candidatando* – em relação de dependência direta com a mesma palavra – *aptos*.
- (C) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria adequada a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, “quando refletem” e “quando procuram avaliar”.
- (D) o segmento introduzido por *ou seja* poderia ser eliminado, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: “ponderar” implica, por si só, a ideia de “refletir” e “avaliar de forma imparcial”.
- (E) com o intuito de obter a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego, na linha inicial, de *se mostram* e *estão*, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estão* por “estão”.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Alexandre, Breno, Cleide e Débora saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Cleide é corintiana, Breno não torce pelo Flamengo nem pelo São Paulo, Débora é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alexandre e Breno, respectivamente, torcem para
- (A) Flamengo e Corinthians.
  - (B) Vasco e Flamengo.
  - (C) São Paulo e Vasco.
  - (D) Flamengo e Vasco.
  - (E) Vasco e Corinthians.
- 
17. Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão
- (A) diminuir em 6,25%.
  - (B) aumentar em 4%.
  - (C) diminuir em 4%.
  - (D) diminuir em 4,75%.
  - (E) diminuir em 5,5%.
- 
18. A altura máxima, em metros, que um guindaste é capaz de içar uma carga é inversamente proporcional ao peso dessa carga, em toneladas. Sabe-se que esse guindaste iça uma carga de 2,4 toneladas a uma altura máxima de 8,5 metros. Sendo assim, se a altura máxima que o guindaste consegue içar uma carga é de 12 metros, o peso máximo da carga, que pode ser içada a essa altura, é igual a 1 tonelada e
- (A) 500 kg.
  - (B) 800 kg.
  - (C) 600 kg.
  - (D) 900 kg.
  - (E) 700 kg.
- 
19. Marlene, Jair, Renata, Alexandre e Patrícia fizeram uma prova de um concurso obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:
- Marlene obteve mais pontos do que Alexandre, mas menos pontos do que Patrícia;
  - Jair obteve mais pontos do que Renata, que por sua vez obteve mais pontos do que Marlene.
- Sendo assim, é necessariamente correto que
- (A) Marlene obteve mais pontos do que Renata.
  - (B) Jair obteve menos pontos do que Patrícia.
  - (C) Renata obteve menos pontos do que Patrícia.
  - (D) Alexandre foi o que obteve menos pontos.
  - (E) Patrícia foi a que obteve mais pontos.
- 
20. José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a
- (A) 15.
  - (B) 12.
  - (C) 18.
  - (D) 9.
  - (E) 24.



21. Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,
- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

### Noções de Informática

22. Considerando-se que o Windows 7 Professional, em português, está instalado na unidade C de um computador,
- (A) não será permitido salvar arquivos na raiz desta unidade, mas somente em pastas e subpastas criadas a partir da raiz.
- (B) clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre esta unidade, será possível acessar uma opção para particionar (dividir) o disco.
- (C) será permitido formatar esta unidade a partir do Windows, porém, todos os arquivos e pastas serão apagados e não poderão ser recuperados.
- (D) se uma pasta que contém 9 MB em documentos for apagada do HD, ela será enviada para a lixeira e poderá ser posteriormente recuperada.
- (E) a pasta onde o Windows está instalado ficará oculta e não poderá ser acessada, para evitar que arquivos importantes sejam apagados.
23. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2010 em português, ou no LibreOffice Calc versão 5, em português. Os dados da planilha são, hipoteticamente, de despesas com diárias pagas a magistrados, em Outubro de 2016.

	A	B	C
1	Favorecido	Mauro da Silva	André Alves
2	CPF	469.725.804-03	430.882.465-70
3	Cargo	Desembargador	Juiz
4	Origem	Manaus	Manaus
5	Destino	Brasília	Brasília
6	Data Partida	19/10/2016	19/10/2016
7	Data retorno	23/10/2016	22/10/2016
8	Motivo	Seminário	Seminário
9	Meio de Transporte	Avião	Avião
10	Processo	79/2016	780/2016
11	Portaria	794/2016/SGP	797/2016/SGP
12	Número de diárias	3,5	2
13	Valor por diária	R\$ 321,00	R\$ 250,00
14	<b>Despesas totais</b>		
15	R\$ 1.623,50		

Na célula A15, deseja-se calcular as despesas totais geradas pelos dois favorecidos das colunas B e C. A fórmula que deverá ser digitada nessa célula é:

- (A) = $[B12*B13]+[C12*C13]$
- (B) = $B13+C12$
- (C) = $(B12^B13)+(C12^C13)$
- (D) = $(B12+C12)*(B13+C13)$
- (E) = $B12*B13+C12*C13$



24. Considere a barra de endereços do navegador, abaixo, exibida no Google Chrome.



Os ícones do cadeado fechado e da estrela servem, respectivamente, para mostrar que o portal do TRT11

- (A) é seguro e para adicionar este portal aos favoritos.
- (B) está criptografado e para acessar as configurações do navegador.
- (C) está bloqueado para acesso e para adicionar este portal aos favoritos.
- (D) é certificado digitalmente e para acionar o modo de navegação anônima.
- (E) é seguro e para acessar as configurações do navegador.

### Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. Considere os seguintes atos:

- I. Prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juízes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades.
- II. Julgar mandados de segurança contra atos das Turmas.
- III. Julgar ações rescisórias.
- IV. Homologar desistências e acordos nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito.
- V. Presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, a competência para a prática desses atos, respectivamente, é do

- (A) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal, Presidente da Turma e Corregedor.
- (B) Corregedor, Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal e Vice-Presidente.
- (C) Corregedor, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Presidente da Turma e Vice-Presidente.
- (D) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente da Turma, Tribunal Pleno e Presidente do Tribunal.
- (E) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Vice-Presidente e Corregedor.

26. Um Desembargador e um Juiz de Primeira Instância sofreram pena de advertência em processos iniciados por membros do Tribunal, após deliberação do Pleno. O Juiz de Primeira Instância deixou de figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena. A forma como foi conduzida a sessão contrariou o Regimento Interno do TRT da 11ª Região em

- (A) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância e a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura.
- (B) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Desembargadores e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (C) um aspecto, uma vez que não há previsão legal para a exclusão da lista de promoção por merecimento.
- (D) três aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância, a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (E) um aspecto, uma vez que não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

27. No que se refere à ordem dos serviços no TRT da 11ª Região, seu Regimento Interno estabelece que

- (A) recurso mandado subir em agravo de instrumento não gera distribuição mediante compensação ao relator do acórdão.
- (B) serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.
- (C) os processos de competência originária terão como revisor nato o Desembargador Vice-Presidente.
- (D) conflito de competência ou de atribuições depende de publicação e pauta.
- (E) haverá revisor nos processos de competência recursal.



**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que
- (A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.
  - (B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.
  - (C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.
  - (D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.
  - (E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
- 
29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:
- I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
  - II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
  - III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.
  - IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
  - V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.
- Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:
- (A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.
  - (B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.
  - (C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.
  - (D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.
  - (E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.
- 
30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que
- (A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
  - (B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
  - (C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
  - (D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
  - (E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. De acordo com o princípio da cumulatividade, os arquivos
- (A) refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora.
  - (B) devem ser preservados sem mutilação, dispersão ou adição indevida de documentos.
  - (C) conservam caráter único em relação ao seu contexto de produção.
  - (D) não podem ser misturados a documentos de origem distinta.
  - (E) resultam de um processo progressivo e espontâneo de sedimentação de documentos.
- 
32. Em razão de sua inalienabilidade, os arquivos públicos podem ser reivindicados, a qualquer tempo, pelo Estado que os produziu. Isso confere aos documentos de tais arquivos o atributo da
- (A) imprescritibilidade.
  - (B) organicidade.
  - (C) unicidade.
  - (D) imparcialidade.
  - (E) autenticidade.
- 
33. O conceito de forma está associado ao de
- (A) suporte.
  - (B) formato.
  - (C) tradição documental.
  - (D) espécie.
  - (E) técnica de registro.
- 
34. Ao definir série como "subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto", o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005) associa este conceito ao de
- (A) dossiê.
  - (B) subclasse.
  - (C) grupo.
  - (D) classe.
  - (E) subgrupo.
- 
35. A peça de plástico cilíndrica utilizada como núcleo dos rolos de películas cinematográficas, com a função de lhes dar sustentação e firmeza, é conhecida como
- (A) estojo.
  - (B) bitola.
  - (C) gabarito.
  - (D) cassete.
  - (E) batoque.
- 
36. Foi a partir da Constituição de 1946 que a Justiça do Trabalho deixou de ser uma instituição vinculada ao Poder Executivo, passando a integrar o Poder Judiciário. Tal circunstância coloca, para aqueles que lidam com a documentação trabalhista ao longo do tempo, um problema de
- (A) depósito legal.
  - (B) jurisdição arquivística.
  - (C) controle de acervo.
  - (D) derrogação.
  - (E) transferência.
- 
37. Os arquivos privados que, em razão do conteúdo de seus documentos, registram marcos ou dimensões significativas da história social, econômica, técnica ou cultural do país, podem ser declarados de interesse público e social por meio de
- (A) decisão ministerial.
  - (B) resolução do Conselho Nacional de Arquivos.
  - (C) instrução normativa.
  - (D) decreto presidencial.
  - (E) medida provisória.



38. Considere as afirmações abaixo sobre a Lei nº 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação.
- I. O acesso a informações públicas será assegurado mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público.
  - II. O serviço de busca e fornecimento de informações é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados.
  - III. Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.
- 
39. A Política de Governança Digital, instituída para os órgãos e as entidades da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Decreto nº 8.638/2016, tem por finalidade
- (A) promover, independentemente de requerimentos, a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo poder público.
  - (B) proteger as informações sigilosas e as de caráter pessoal, observando a disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.
  - (C) divulgar informações de interesse público, independentemente de solicitações, e utilizar nesse processo os meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
  - (D) estimular a participação da sociedade na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos disponibilizados em meio digital.
  - (E) considerar imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado – e, portanto, passíveis de classificação – as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam colocar em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território brasileiro.

- 
40. A implantação de repositórios digitais confiáveis, elemento fundamental para assegurar a preservação e a autenticidade de longo prazo dos materiais digitais, vem sendo objeto de discussão desde a década de 1990. O modelo conceitual de referência, então elaborado, ficou consolidado
- (A) na Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística.
  - (B) no OAIIS – *Open Archival Information System*.
  - (C) na EAD – *Encoded Archival Description*.
  - (D) na ISAD (G) – *General International Standard Archival Description*.
  - (E) no EAC – *Encoded Archival Context*.

- 
41. Entre outras medidas, a Lei nº 12.682/2012, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos,
- (A) permite livre acesso do cidadão brasileiro aos depósitos em que estão armazenados.
  - (B) dispensa o emprego de certificado emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
  - (C) determina que se mantenham, no processo de digitalização, seus atributos de integridade e autenticidade.
  - (D) recomenda a eliminação dos registros públicos, uma vez digitalizados.
  - (E) veda o emprego de indexação para localizá-los no repositório em que se encontram.

- 
42. O sistema *registratur*, de classificações apriorísticas que controlam a produção de documentos, foi adotado nos arquivos da
- (A) Holanda.
  - (B) França e da Bélgica.
  - (C) Alemanha e da Europa Central.
  - (D) Espanha.
  - (E) Grã-Bretanha.



43. A quebra da unidade estrutural dos arquivos, separando os documentos indispensáveis à Administração daqueles que conservam apenas interesse histórico-cultural, foi resultado das medidas adotadas após
- (A) a Revolução Francesa.
  - (B) o terremoto de Lisboa.
  - (C) a Guerra Civil Espanhola.
  - (D) a Unificação Italiana.
  - (E) a queda do Muro de Berlim.
- 
44. O conjunto de documentos do mesmo tipo, produzido por um mesmo órgão em decorrência do exercício da mesma função, subfunção e atividade, forma
- (A) um fundo.
  - (B) uma série.
  - (C) um grupo.
  - (D) um dossiê.
  - (E) uma peça.
- 
45. Para acompanhar a movimentação de documentos, dentro e fora da instituição produtora, utiliza-se
- (A) o plano de destinação.
  - (B) o fluxograma.
  - (C) o plano de arquivamento.
  - (D) a guia de encaminhamento.
  - (E) a relação de recolhimento.
- 
46. À sequência de operações técnicas, que tem por finalidade dar forma processual ao conjunto de documentos produzidos no decorrer de uma ação administrativa, visando encaminhamento, manifestação e decisão, dá-se o nome de
- (A) foliação.
  - (B) recolhimento.
  - (C) autuação.
  - (D) destinação.
  - (E) paginação.
- 
47. O ato pelo qual, por determinação legal ou a pedido de uma das partes, se reúne temporariamente um processo aos autos de outra ação ou demanda, é conhecido como
- (A) aditamento.
  - (B) juntada.
  - (C) anexação.
  - (D) reunião.
  - (E) apensamento.
- 
48. A renomada arquivista brasileira Heloísa Liberalli Bellotto considera a possibilidade de estabelecer dois pontos de partida para a análise tipológica:
- (A) paleografia e diplomática.
  - (B) diplomática e arquivística.
  - (C) edótica e arquivística.
  - (D) ciência da informação e gestão do conhecimento.
  - (E) sigilografia e epigrafia.
- 
49. No modelo de análise tipológica preconizado, de modo pioneiro, pelo Grupo de Arquivistas de Madri (Espanha), registram-se informações sobre uma série de características e atributos dos documentos, entre os quais figuram
- (A) a quantidade de itens similares no fundo de que fazem parte e o material empregado em seu acondicionamento.
  - (B) o título, o valor probatório e a entidade que assumiu sua custódia.
  - (C) o processamento técnico a que foram submetidos e seu valor primário.
  - (D) o tipo, a entidade produtora e a legislação que lhes confere legitimidade.
  - (E) a credibilidade de seu conteúdo manifesto e os sinais de validação utilizados pela entidade produtora.



50. O meio pelo qual uma autoridade (executiva ou judicial) profere suas decisões, de caráter final ou interlocutório, exaradas diretamente nos expedientes que são submetidos a sua apreciação ou em folha separada constante de processo, recebe o nome de
- (A) sentença.
  - (B) despacho.
  - (C) parecer.
  - (D) comentário.
  - (E) sugestão.
- 
51. De acordo com o *Manual de redação, gramática & estilo da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região*, de Ricardo Marques de Lima (Manaus, 2008), o ato administrativo expedido pela Corregedoria, com o objetivo de regularizar ou uniformizar determinado procedimento ou serviço, evitando erros ou omissões na observância de lei, é conhecido como
- (A) circular.
  - (B) apostila.
  - (C) portaria.
  - (D) ordem de serviço.
  - (E) provimento.
- 
52. Assinaturas, carimbos, timbres e selos, marcas convencionais de autenticidade de um documento, constituem o que os profissionais de arquivo chamam de
- (A) sinais de validação.
  - (B) indicadores de qualidade.
  - (C) valores agregados.
  - (D) fatores de segurança.
  - (E) elementos de *follow-up*.
- 
53. Os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, as tabelas processuais unificadas e a lista de verificação para baixa definitiva de autos constituem, entre outros, instrumentos do
- (A) Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco.
  - (B) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.
  - (C) Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.
  - (D) Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário – Moreq-Jus.
  - (E) Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil.
- 
54. O prontuário funcional é um exemplo típico de documento
- (A) composto.
  - (B) heterógrafo.
  - (C) cifrado.
  - (D) hológrafo.
  - (E) apócrifo.
- 
55. Os termos a serem empregados, tanto no momento da indexação quanto no da recuperação, no âmbito dos sistemas de informação, compõem o chamado
- (A) quadro de equivalência.
  - (B) dicionário especializado.
  - (C) glossário técnico.
  - (D) instrumento de referência.
  - (E) vocabulário controlado.
- 
56. Entende-se por aquisição a
- (A) ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos.
  - (B) responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva, de guarda e proteção de documentos dos quais não se detém a propriedade.
  - (C) precedência na compra de documentos submetidos a venda pública, em favor de uma entidade estatal.
  - (D) entrada de documentos em um arquivo, como resultado da cessão de sua propriedade por pessoa física ou jurídica, a título gratuito e em caráter irrevogável, mediante instrumento legal.
  - (E) doação resultante de disposição testamentária ou de manifestação de última vontade.



57. Segundo Janice Gonçalves, autora do manual *Como classificar e ordenar documentos de arquivo* (São Paulo, 1998), é em decorrência da distinção tradicional entre “classificação” e “arranjo” que os esquemas ou quadros gerais que os expressam costumam ser denominados diferentemente: plano de classificação (para os documentos de caráter corrente) e quadro de arranjo (para os documentos de caráter permanente). Ambos, porém, têm a finalidade de
- (A) encaminhar documentos à guarda temporária ou permanente, indicando também eventuais mudanças de suporte.
  - (B) distribuir as áreas de depósito do arquivo, indicando o local das estantes já ocupadas e dos espaços ainda disponíveis.
  - (C) determinar prazos para transferência, recolhimento, eliminação e reprodução de documentos.
  - (D) traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação.
  - (E) estabelecer relação de concordância entre diferentes notações dos mesmos documentos.

58. Aprovada em 31 de março de 2016 pelo Conselho Monetário Nacional, a Resolução nº 4.474, que dispõe sobre digitalização e gestão de documentos digitalizados relativos a operações e transações realizadas por instituições financeiras, refere-se à matriz física empregada para gerar um documento digitalizado como
- (A) documento-matriz.
  - (B) documento original.
  - (C) matriz original.
  - (D) documento-origem.
  - (E) matriz digital.

59. A qualidade pela qual um documento serve à gestão financeira de uma instituição determina seu valor
- (A) monetário.
  - (B) fiscal.
  - (C) econômico.
  - (D) administrativo.
  - (E) patrimonial.

60. O *e-ARQ Brasil*, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (Rio de Janeiro, 2011), estabelece requisitos para os sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Considere, em relação à aplicação da tabela de temporalidade e à destinação de documentos, as seguintes afirmações:

- I. Quando um documento digital estiver associado a mais de um processo ou dossiê, o sistema deverá criar um registro para cada referência desse documento, e cada registro estará vinculado ao mesmo objeto digital.
- II. Quando um documento digital estiver associado a mais de um processo ou dossiê, e tiver prazos de guarda diferentes associados a ele, o sistema deverá verificar automaticamente todos os prazos de guarda e as destinações previstas para esse documento, garantindo que ele seja mantido em cada processo ou dossiê pelo tempo definido na tabela de temporalidade e destinação de documentos.
- III. No momento da eliminação, o objeto digital não poderá ser eliminado sem que antes se verifique a temporalidade de todas as referências associadas a ele. O objeto digital só poderá ser eliminado quando os prazos de guarda de todas as referências tiverem sido cumpridos. Antes disso, só se pode fazer a eliminação de cada registro individualmente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) III, apenas.
61. Em uma instituição arquivística, compete ao serviço de referência
- (A) introduzir o público escolar, sobretudo das séries iniciais, na utilização dos documentos do acervo.
  - (B) promover a divulgação do órgão junto à comunidade, por meio de publicações, exposições, cursos e outras atividades.
  - (C) orientar o usuário em relação aos documentos de seu interesse, informando-o sobre os instrumentos de pesquisa disponíveis.
  - (D) conceber, elaborar e publicar instrumentos de pesquisa que favoreçam o acesso a seu acervo.
  - (E) editar boletins informativos que divulguem seu programa de atividades, dando notícia também dos eventos promovidos.

**Atenção:** Os instrumentos de pesquisa, nos arquivos permanentes, variam conforme a unidade que se toma como referência no processo descritivo. Com base nessa afirmação, responda às questões de números 62 a 64.

62. O instrumento de pesquisa que toma por unidade de referência o acervo de uma instituição é o
- (A) guia.
  - (B) inventário.
  - (C) catálogo.
  - (D) catálogo seletivo.
  - (E) índice.



63. O instrumento de pesquisa que toma por unidade de referência a série documental é o
- (A) índice.
  - (B) guia.
  - (C) catálogo.
  - (D) catálogo seletivo.
  - (E) inventário.
- 
64. O instrumento de pesquisa que toma por unidade de referência o item documental é o
- (A) inventário.
  - (B) guia.
  - (C) catálogo.
  - (D) catálogo seletivo.
  - (E) índice.
- 
65. No âmbito da preservação de documentos digitais, emulação é
- (A) o processo de transferência de dados de um sistema informatizado para outro, independentemente de eventuais conversões.
  - (B) a estratégia que se baseia no uso de recursos computacionais para fazer com que uma nova tecnologia possa funcionar com as características de outra que se tornou obsoleta.
  - (C) a técnica de migração que consiste em mudar a maneira como se apresenta um documento para fins de acesso ou manutenção dos dados nele contidos.
  - (D) o processo de conversão de um documento para o formato analógico, por meio de dispositivo apropriado.
  - (E) o rastreamento de intervenções ou tentativas de intervenções feitas no sistema computacional.
- 
66. A faixa considerada segura para a umidade relativa dos depósitos de documentos nas instituições de custódia, segundo as *Recomendações para a construção de arquivos* (Arquivo Nacional, 2000), é entre
- (A) 65 e 75%.
  - (B) 35 e 45%.
  - (C) 55 e 65%.
  - (D) 25 e 35%.
  - (E) 45 e 55%.
- 
67. A microfilmagem de substituição é destinada
- (A) à preservação das informações contidas em documentos de valor permanente que se encontrem danificados ou sejam objeto de constante manuseio.
  - (B) à obtenção de cópias de segurança.
  - (C) aos instrumentos de pesquisa, com a perspectiva de facilitar a consulta de documentos.
  - (D) aos documentos de valor temporário, posteriormente eliminados com vistas ao aproveitamento de espaço.
  - (E) à complementação do acervo.
- 
68. Nas operações e transações realizadas no sistema financeiro nacional, os documentos
- (A) nato-digitais devem ser submetidos a auditorias periódicas.
  - (B) que instruem um processo não podem ser objeto de digitalização.
  - (C) digitalizados têm o mesmo valor legal que os documentos que lhes deram origem.
  - (D) que tramitam em meio eletrônico devem ser impressos antes de seu armazenamento definitivo.
  - (E) correspondentes à administração tributária não podem circular em meio eletrônico.
- 
69. A definição dos formatos de documentos digitais, no âmbito das entidades da Administração pública federal, deverá obedecer às políticas e diretrizes estabelecidas
- (A) no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
  - (B) na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
  - (C) no Conselho Nacional de Arquivos – Conarq.
  - (D) nos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING.
  - (E) no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil.
- 
70. Os itens que integram o arquivo permanente de uma instituição, pública ou privada, só adquirem estatuto documental quando o historiador a eles recorre para fundamentar suas hipóteses. Esta afirmação é
- (A) correta, porque todo documento é uma construção do historiador.
  - (B) equivocada, porque os documentos de arquivo têm estatuto probatório inato.
  - (C) equivocada, porque apenas os arquivos de instituições públicas desfrutam de tal prerrogativa.
  - (D) correta, porque os documentos de arquivo são desprovidos de autenticidade.
  - (E) correta, porque os documentos de arquivo têm conteúdo inverídico.